



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA  
REDAÇÃO FINAL DO SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO  
PROJETO DE LEI Nº 229-D DE 2022 DO SENADO FEDERAL

Substitutivo da Câmara dos Deputados  
ao Projeto de Lei nº 229-C de 2022  
do Senado Federal, que "Altera a Lei  
nº 9.615, de 24 de março de 1998  
(Lei Pelé), para dispor sobre a  
licença-maternidade para atletas  
profissionais".

Dê-se ao projeto a seguinte redação:

Altera as Leis nºs 9.615, de 24 de  
março de 1998 (Lei Pelé), e 14.597,  
de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do  
Esporte), para dispor sobre direitos  
das atletas nas situações de  
gestação e de adoção ou guarda  
judicial para fins de adoção de  
criança ou de adolescente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 28 da Lei nº 9.615, de 24 de março  
de 1998 (Lei Pelé), passa a vigorar acrescido do seguinte §  
11:

"Art. 28. ....

.....

§ 11. A atleta profissional gestante ou  
em caso de adoção ou guarda judicial de criança ou  
de adolescente terá direito à licença-maternidade  
de 120 (cento e vinte) dias, sem prejuízo do  
emprego e do salário estabelecidos no contrato  
especial de trabalho desportivo." (NR)





Art. 2º O § 10 do art. 86 da Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 86. ....

.....

§ 10. Os contratos celebrados com atletas mulheres, ainda que de natureza cível, não poderão ter qualquer tipo de condicionante e prejuízo à remuneração relativos a gravidez, a licença-maternidade, inclusive para as situações de adoção e de guarda judicial com vistas à adoção de criança ou de adolescente, ou a questões sobre maternidade em geral.

.....” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 27 de agosto de 2025.

Deputada LAURA CARNEIRO  
Relatora

